



Quando o autoritarismo entra em cena: o papel da IV Região Militar na repressão à UFMG¹ em 1964

When authoritarianism acts on: the role of the Fourth Military Region at the UFMG's repression in 1964

Alexander da Silva Braz

Graduando em História

Universidade Federal Fluminense - UFF

brazalexander@id.uff.br

Recebido em: 18/08/2018

Aprovado em: 20/09/2018

Resumo: O presente artigo tem por objetivo mostrar como a partir do golpe de 31 de março de 1964, os militares exerceram enorme protagonismo nas ações repressivas contra as universidades brasileiras, analisando com maior ênfase a Universidade de Minas Gerais – atual UFMG –, na qual ocorreram duas intervenções militares: uma na Faculdade de Filosofia e a outra na Reitoria. Além disso, apontar outro ator político de extrema grandeza que sofreu com os ataques da Infantaria Divisória-4: o movimento estudantil, que teve a sede do Diretório Central dos Estudantes (DCE) destruída e, posteriormente, dissolvida, assim como os Diretórios Acadêmicos (DA) naquele conturbado ano.

Palavras-chave: Ditadura militar, repressão política, cultura política.

ABSTRACT: The present article has the objective to show, from the March 31st 1964 coup, how the militaries exercised a huge protagonism into the repressive actions against the Brazilian universities, analyzing with a bigger emphasis the Minas Gerais University – UFMG –, in which happened two military interventions: one at the Philosophy's College and the other at the Rectory. In addition, point out another political actor with extreme magnitude that suffered with the attacks from the 4th Infantry Division: the students' movement, who had the Students' Central Directory (DCE in Portuguese) destroyed and, later, dissolved, just like the Academics' Directories (DA in Portuguese) on that turbulent year.

Keywords: Military dictatorship, political repression, political culture.

Introdução

O golpe-civil militar de 1964 inaugurou um novo regime político e a construção de um Estado autoritário, no qual instrumentos institucionais e mecanismos de repressão foram utilizados pela nova cúpula do poder para perseguir todos os “inimigos internos” que eram considerados uma ameaça à segurança nacional e, sobretudo, para garantir a manutenção do *status*

¹ Ao longo deste artigo, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) será denominada de Universidade de Minas Gerais (UMG), visto que o nome atual apenas foi empregado na documentação consultada a partir de 1965.



quo de segmentos da sociedade que eram contrários ao trabalhismo de João Goulart. A partir disso, movimentos e líderes sociais foram perseguidos, parlamentares tiveram seus mandatos cassados, a UNE teve sua sede destruída por grupos de extrema-direita, sindicatos fechados e espaços de ensino superior foram solapados pela força da repressão, destruindo entidades de representação estudantil, afastando professores e intervindo na autonomia universitária.

Assim, o presente artigo tem como objetivo contrapor a tese revisionista levantada pelo historiador Marco Antonio Villa (VILLA, 2014), na qual defende que a ditadura militar brasileira só teria iniciado com a implementação do Ato Institucional nº 05, em 13 de dezembro de 1968, afirmando, assim, que antes da promulgação deste ato havia uma liberdade cultural e política no Brasil.

Portanto, este artigo busca demonstrar como a Universidade de Minas Gerais – atual UFMG – foi palco de ações autoritárias lideradas por militares, em especial pela Infantaria Divisória - 4, da 4ª Região Militar (ID-4), por ser considerada um núcleo subversivo e morada de comunistas. Considera-se essa instituição militar um ator de primeira grandeza, pois já nos primeiros meses observa-se como a Reitoria e as direções das unidades universitárias se subordinaram a ela, ora solicitando autorização para o retorno das aulas após o golpe, ora solicitando instruções de como proceder nas investigações da Comissão de Inquérito instalada a pedido do MEC.

Além disso, foi esse comando que liderou as intervenções militares na universidade no primeiro semestre daquele ano. A justificativa calcada no discurso anticomunista foi fundamental para legitimar as ações repressivas, uma vez que promoveu o afastamento do diretor da Faculdade de Filosofia, do Reitor Aluísio Pimenta e promoveu o fechamento de alguns diretórios acadêmicos (DAs) e do próprio Diretório Central dos Estudantes (DCE).

Neste artigo, mobiliza-se o conceito de *cultura política* para analisar como se materializou o fenômeno do autoritarismo, assim, por meio dele, examina-se como as crenças, emoções e valores deram significados aos comportamentos, às percepções e às ações dos indivíduos e grupos coletivos em sociedade (KUSCHNIR; CARNEIRO, 1999, p.227). Para Rodrigo Patto Sá Motta, esses fatores culturais podem exercer maior ou menor influência sobre os homens, dependendo do conjuntura histórico no qual estão inseridos². Para ele, o conceito de cultura política deve ser definido como:

²Para a conjuntura analisada, sabe-se que, na década 1960, após os impactos da Revolução Cubana, a América Latina tornou-se objeto de disputa política das duas grandes potências mundiais e fez com que o anticomunismo ganhasse



Um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhadas por determinados grupos humanos, expressando identidade coletiva e fornecendo leituras comuns do passado, assim como inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro. (MOTTA, 2013, p. 11-12)

Diante disso, analisa-se como a *cultura política autoritária* se materializou nas relações sociais entre os diversos atores dessa conjuntura. Isto é, como a Infantaria Divisória-4 se relacionou com a universidade, e como esta se relacionava internamente com os diretores das unidades universitárias, funcionários e o próprio movimento estudantil mineiro.

Com isso, observa-se, também, como o anticomunismo foi utilizado nos repertórios dessas instituições e como ele foi ressignificado para nortear as ações políticas do aparato repressivo, assim analisando por meio de suas *performances* (ações institucionais) em qual tradição política essas instituições estavam inseridas e destacando, portanto, a responsabilidade do Estado brasileiro na introdução de novas formas de dominação e repressão que alteraram a organização social dentro da universidade, dessa forma, contribuindo para a construção de uma nova cultura política.

Para tanto, utiliza-se a documentação do fundo da AESI/UFMG, disponível para consulta no Arquivo Nacional, onde constam arquivos de natureza diversa, desde documentos oficiais como circulares, ofícios, portarias e telegramas trocados entre o Ministro da Educação e Cultura, o Reitor da UMG, a ID-4 e os diretores das unidades universitárias, assim como o Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Para tratar do caso da intervenção na Faculdade de Filosofia e da Reitoria, utilizaremos o relatório enviado pelo Reitor Aluísio Pimenta ao Conselho Universitário e ao Ministro da Educação, assim como os periódicos dos principais jornais de Belo Horizonte, como *Estado de Minas* e *Correio da Manhã*, bem como o depoimento de Aluísio Pimenta sobre a intervenção prestado ao projeto “História da Ciência no Brasil”, em 15 de junho de 1975, e disponível no acervo do CPDOC.

A “Operação Limpeza” nas universidades brasileiras

A partir da consolidação do golpe civil-militar em 1964, as universidades, depois das entidades de organização mais ativas da sociedade, como sindicatos e movimentos sociais,

força nos países latino-americanos. No caso brasileiro, por toda a década de 1960, observou-se que o combate ao comunismo atingiu seu apogeu, se cristalizando no imaginário social, dando origem a uma proliferação de organizações anticomunistas que fortaleceram a narrativa da necessidade de se combater o “perigo vermelho”. As campanhas anticomunistas foram difundidas e compartilhadas por diversos segmentos da sociedade, como a Igreja Católica, grupos de direita, a grande imprensa, empresários e uma parcela da classe média (MOTTA, 2002, p. 231-278).



tornaram-se o principal alvo do regime militar, visto que esses espaços eram considerados pelas forças repressoras com o coração da subversão e de infiltração comunista.

A partir disso, Rodrigo Patto Sá Motta (2014) afirma que, no momento do golpe, as forças repressoras já tinham seus alvos definidos, como mais tarde, soube-se que os agentes do Estado brasileiro atuaram numa missão denominada “Operação Limpeza”. Nessa, como deixa claro o nome, o objetivo era eliminar todos aqueles que representassem uma ameaça ao projeto de Estado que estava em curso, afastando das instituições de ensino todos aqueles que compartilhassem de uma cultura política revolucionária ou, até mesmo de centro, que tivessem qualquer tipo de ligação com o projeto trabalhista de Jango, deixando claro que o real objetivo era afastar todos os inimigos políticos do Estado e, sobretudo, do novo regime político que se afirmava por meio de ações autoritárias e se legitimava por meio da criação de decretos-leis antidemocráticos (MOTTA, 2014, p. 25).

Como Rodrigo Patto Sá Motta demonstra em seu livro, *As Universidades e o Regime Militar*, os estudantes e suas entidades de organização foram as mais perseguidas pelo regime. Já no primeiro dia do novo regime, a UNE teve sua sede destruída e, posteriormente, foi posta na ilegalidade pelos militares. O objetivo era claro: destruir simbolicamente a entidade máxima de representação dos estudantes, paralisando sua atuação nas universidades e fora delas e, fundamentalmente, tendo como objetivo desarticular um dos maiores movimentos ativos e de contestação do país: o movimento estudantil. Para tanto, o Conselho Universitário da Universidade do Brasil tratou logo de adotar as normas do novo regime. Fechou os diretórios da Faculdade de Filosofia, Medicina e Direito por terem se rebelado contra os preceitos da “Revolução de 64”. Em boa parte do Brasil, estudantes foram presos e os diretórios que não foram dissolvidos receberam a chegada de um “interventor”, indicado pela cúpula militar para administrar essas entidades de representação (MOTTA, 2014, p. 30).

No relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), em parceria com outras comissões estaduais e universitárias, a historiadora Angélica Muller tornou público um levantamento de fôlego sobre as graves violações dos direitos humanos nas universidades brasileiras, mostrando as diversas ações repressivas capitaneadas pelo “Comando Revolucionário”, não apenas contra as instituições, mas também sobre o movimento estudantil brasileiro.

Nesse relatório, a historiadora analisou os impactos das novas legislações que tinham como objetivo desarticular e silenciar o ME: em maio de 1964, a Câmara dos Deputados daria os



primeiros passos rumo a decisão que colocaria a UNE na ilegalidade, ao criar uma Comissão Especial para regulamentar as atividades de representação dos estudantes, que, posteriormente, transferiria a sede desse órgão para Brasília. Em 9 de novembro de 1964, o projeto que visava desarticular e esvaziar o movimento estudantil se consolidava, promulgando a Lei 4.464, mais conhecida como Lei Suplicy, que colocava a entidade máxima dos estudantes na ilegalidade e criava outros órgãos de representação (MULLER, 2014, p.271).

Com base nesse trabalho, é possível observar um ataque simultâneo, em diferentes partes do país, visando desarticular a UNE, silenciar o movimento estudantil brasileiro e destruir a autonomia universitária. Em 31 de março de 1964, a UNE realizou um debate sobre a reforma universitária na Faculdade de Odontologia do Pará, onde reuniu estudantes de diversas partes do Brasil e da América Latina. Durante a abertura do evento, eles foram surpreendidos pela invasão de policiais militares. No dia seguinte, na UFBA, houve também uma invasão liderada por policiais militares, na qual prenderam mais de 50 estudantes. Nesse mesmo dia, também no Rio de Janeiro, estudantes realizavam uma assembleia para decidir sobre a necessidade de se decretar uma greve geral dos estudantes; durante a madrugada, os alunos que se encontravam no prédio da Faculdade Nacional de Direito (FND) foram cercados pelo Exército. O prédio foi invadido, um estudante foi baleado e o Diretório da FND ficou fechado por um ano (MULLER, 2014, p.268).

Além das ações repressivas nas universidades, a autora mostra como o regime militar utilizou largamente os IPMs³ para investigar partidos políticos, instituições de ensino e pesquisa, entidades de representação e cidadãos que teriam características subversivas ou que pudessem apresentar perigo à Segurança Nacional. Destaca que o Conselho Universitário de algumas universidades, como é o caso da UFMG, USP e UFC, solicitou que fossem instauradas Comissões de Sindicância, a pedido do MEC, para apurar atividades subversivas realizadas por estudantes, docentes e funcionários públicos das respectivas universidades (MULLER, 2014, p.269).

³ Os Inquéritos Policiais Militares (IPMs) foram criados e institucionalizados por meio do decreto-lei nº53.897, no dia 7 de abril de 1964, pelo governo de Castelo Branco, com a finalidade de abrir investigações contra funcionários civis e militares - que poderiam ser tanto da esfera municipal, estadual quanto federal – que fossem suspeitos no envolvimento de atividades “subversivas”. Os IPMs tornaram-se instrumentos do novo Estado para garantir a eliminação de pessoas consideradas ameaças à Segurança Nacional, que, na perspectiva da Doutrina de Segurança Nacional, eram os “inimigos internos” a serem combatidos (ALVES, p. 56). Para Marcos Napolitano (2014, p. 70), tais mecanismos também foram utilizados pelos militares para eliminar e destruir uma elite intelectual e políticos reformistas que estavam inseridos na administração estatal desde o início do governo de João Goulart, assim como para perseguir todas as lideranças de movimentos sociais, sindical, políticas e estudantis que foram de alguma forma, a base para o antigo governo deposto. Ou seja, tais inquéritos eram utilizados para promover a limpeza nos órgãos da administração pública e neutralizar aqueles que ameaçassem o projeto do governo militar.



No dia 9 de abril, a Unb sofria a primeira de muitas invasões militares. Catorze ônibus chegaram de Minas Gerais repletos de militares que desembarcaram no campus reprimindo estudantes, levando professores para interrogatórios e bloqueando o acesso de áreas das universidades. Os laboratórios dos docentes e bibliotecas foram as principais áreas que sofreram com as intervenções e inspeções dos militares; além disso, professores foram afastados dos seus cargos e o vice-reitor foi aposentado compulsoriamente pelo regime, sendo substituído por outro temporário e que estava aparentemente alinhado ao pensamento da nova cúpula do poder (MULLER, 2014, p.269-270).

Para atingir o movimento estudantil, viu-se a criação de inúmeras legislações que atentavam contra a sua representação pondo a UNE na ilegalidade e propostas que criavam novas formas de organização, as quais passariam a ser tuteladas não apenas pelas universidades, mas também pelo Estado. Ficava evidente a necessidade de paralisar tal movimento e seus canais de articulação tão caros ao novo regime que precisava de silêncio e consenso para sobreviver.

Outra obra de enorme relevância historiográfica sobre as ações repressivas às universidades entre 1964 e 1968 é a dissertação de mestrado da Ludmila Gama Pereira (2010), a qual aponta como os intelectuais da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) lidaram com as tensões sociais da década de 1960. Para isso, Ludmila Pereira reconstituiu a formação da faculdade, analisando sua relação com o Estado e seu sistema de cátedra, cujo objetivo era promover o controle e garantir a manutenção do poder em espaços de deliberação dentro da universidade, o que provocou a eclosão de conflitos entre estudantes e professores a partir da existência desse sistema. Além disso, Pereira mostra os impactos do golpe civilmilitar de 1964 dentro da FNFfi, onde constatou casos de denúncia de professores às atividades “subversivas” e que a prisão e a aposentadoria compulsória de docentes também fizeram parte da vida cotidiana dos primeiros meses do novo regime naquela universidade (PEREIRA, 2010, p. 84).

Com o golpe em curso no dia 31 de março, os estudantes da Universidade do Brasil foram à FND, onde haveria uma assembleia estudantil no Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO). No dia seguinte, segundo o depoimento de Cecília Comimbra, havia 300 estudantes na assembleia dispostos a resistir aos ataques que viriam após o golpe. As forças armadas invadiram o prédio jogando bomba de gás lacrimogêneo e dispararam rajadas de metralhadora. Alguns estudantes foram obrigados a depor devido a instauração de um IPM que averiguava a interferência do PCB e de organizações “subversivas” na universidade carioca (PEREIRA, 2010, p. 90).



Como se observa, em 1964, as universidades foram as principais instituições reprimidas pelos militares. Na perspectiva militar, ali encontrava-se o núcleo subversivo que servia de morada aos comunistas que queriam tomar o poder no Brasil e instaurar uma ditadura do proletariado. Contudo, a esquerda daquele período queria transformar a questão social no Brasil, lutando pela implementação da reforma agrária, política, educacional e econômica.

Na segunda parte deste artigo, analisa-se, mais aprofundadamente, como se deu a interferência militar na Universidade de Minas Gerais (UMG) sob o movimento estudantil em 1964, mostrando como o MEC e a ID-4 interferiram na autonomia dessa universidade, e como este último ator político tentou pôr em prática um projeto autoritário na universidade mineira, intervindo militarmente na autonomia da instituição, apoiando-se no discurso anticomunista.

A experiência autoritária na UFMG

Nos primeiros dias após o golpe, a UMG foi palco das ações repressivas liderada pelo General Carlos Luiz Guedes, então Comandante da Infantaria Divisória-4, atual IV Região Militar. As aulas foram suspensas imediatamente e retornaram apenas no dia 13 de abril, e durante esse período, as unidades universitárias foram ocupadas e serviram de quartel para contingentes policiais, paralisando inclusive as atividades administrativas desses espaços. Contudo, segundo relatos do reitor Aluísio Pimenta, a repressão não se concentrou apenas às faculdades⁴.

A sede do DCE foi invadida e destruída em sua totalidade: cofres e portas foram arrombadas, materiais e panfletos estudantis foram apreendidos para verificação, estudantes foram levados para interrogatórios, outros foram presos. Além disso, o comandante ordenou que fossem dissolvidos o DCE e todos os DAs das faculdades e escolheu o estudante Elcio Spinola Castro, da Universidade Católica de Minas Gerais, para organizar novas eleições com base nas suas orientações⁵. Dessa forma, tornando evidente que quem passou a dar às cartas naquele momento pós-golpe era o comandante da ID-4. Prova disso é um documento enviado pela Reitoria no dia 09 de abril, solicitando saber se tal comando via problema no retorno das aulas, e desejando saber se elas deveriam ser retomadas parcialmente ou integralmente em todas as unidades escolares, o que comprova submissão desta Reitoria em não desagradar às ordens do comando militar⁶.

⁴Arquivo Nacional, ASI/UFMG: BR_DFANBSB_AT4_0001_0030_d.

⁵Arquivo Nacional, ASI/UFMG: BR_DFANBSB_AT4_0001_0030_d.

⁶Arquivo Nacional, ASI/UFMG: BR_DFANBSB_AT4_0001_0003_d.



Além dos ataques liderados pelas forças repressoras, a imprensa de Belo Horizonte teve um papel importante na legitimação da campanha anticomunista, que fora adotada para promover a limpeza na UMG. No dia 05 de abril, o jornal *Estado de Minas* publicou uma matéria afirmando que o DA da Escola de Engenharia e da Arquitetura tornaram-se um célula subversiva dentro da universidade. Na matéria intitulada “Manifesto à nação”, o jornal afirma que a nova gestão do DA da Escola de Arquitetura estaria “comunizando” a universidade, produzindo materiais subversivos que atentavam contra os valores da nova ordem e, além disso, destacava que estariam compactuando com grupos de agitação, como a Ação Popular⁷ e o C.P.C da UNE⁸. Além de estarem produzindo documentos que seriam disseminados naqueles espaços, o jornal afirma também que estudantes e professores estariam sendo enviados a Cuba para receber treinamentos e estariam voltando com materiais subversivos, como por exemplo, a suposta gravação contendo os discursos de Fidel Castro que estaria sendo reproduzida naquele diretório.

Além disso, destaca que, no dia 31 de março, os estudantes foram liderados pelo presidente do DA a colocar cartazes dentro e fora desta faculdade com a finalidade de incitar as massas da universidade contra o novo regime. Outras ações lideradas por esse diretório que também foram mencionadas pelo referido jornal diz respeito a escolha de Darcy Ribeiro para paraninfar a turma de formando de 1963 e organizar palestras e seminários, tendo como convidados personalidades marcadamente “antidemocráticas” e de origem “esquerdista”. Sendo assim, como denuncia o jornal, todas as ações do movimento estudantil da Escola de Arquitetura estavam sendo caracterizadas como subversivas e de tendência comunista, que precisavam ser coibidas pelas autoridades civis e militares, o que nos leva a crer que o editorial, por meio da

⁷ A Ação Popular (AP) é uma organização política fundada em junho de 1962, em Belo Horizonte, em um congresso por membros da Juventude Universitária Católica (JUC). Esta última, organização política estudantil, composta por universitários católicos, foi criada em 1935 com objetivo de evangelizar a sociedade. Contudo, a partir da década de 1950 e 1960, a JUC passou atuar de forma sistemática na vida política lutando pela implementação da reforma universitária, a favor das transformações sociais no Brasil e, sobretudo, aproximando-se de organizações de esquerda como o PCB, que possibilitou o grupo a eleger um candidato da JUC à presidência da UNE. Toda essa atuação política da JUC desagradou a Ação Católica Brasileira (ACB) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que não concordavam com as novas pautas da entidade e daquela proposta no ano de sua fundação. Dessa forma, para dissolver esta relação de forças com a Igreja Católica, a JUC decidiu criar a AP, que passaria a abrigar não apenas católicos, como também protestantes, profissionais autônomos, estudantes secundaristas e universitários. Para saber mais sobre essas organizações estudantis, indico os trabalhos de João Roberto Martins Filho (1987) e André Luiz Rodrigues de Rossi Mattos (2014).

⁸ O Centro Popular de Cultura da UNE foi fundado em janeiro de 1961, com a finalidade de produzir uma “arte engajada revolucionária”. Para tanto, tornava-se necessário não se inspirar em produções culturais estrangeiras de países desenvolvidos, mas sim buscando valorizar elementos da cultura nacional-popular e formar uma intelectualidade que se comprometesse em produzir arte engajada para conscientizar as massas sobre submissão econômica do país e a interferência do imperialismo norte-americano, que resultava da produção da desigualdade social brasileira. Dessa forma, o CPC tornou-se um ator político de primeira grandeza, já que suas produções visavam conscientizar as diversas camadas e classes da sociedade para promover a revolução brasileira. Para se aprofundar mais sobre a história da arte engajada nas décadas de 1950 e 1960, indica-se a obra de Miliandre Garcia (2007).



disseminação de uma cultura de medo, induz a população mineira a apoiar ações contra a referida Escola e o DA, visto que essa seria a única saída de se promover a ordem dentro daquela universidade⁹.

Com a reverberação da notícia veiculada pelo jornal *Estado de Minas* sobre a subversão dentro da UMG, no dia seguinte, dia 6, o professor Silvio Vasconcelos renuncia do cargo de diretor da Escola de Arquitetura, justificando que os propósitos de promover a tranquilidade e o desenvolvimento daquela escola que o fizeram assumir o cargo de Diretor não estavam sendo mais alcançados nesse momento¹⁰. Na carta elaborada pelo professor Vasconcelos, publicada também no jornal *Estado de Minas Gerais*, deixa em aberto se ele resolveu renunciar devido à pressão gerada após a publicação do jornal sobre o “descontrole subversivo” em sua administração ou por uma possível coerção vinda do comandante da ID-4 ou do MEC.

No dia 22 de abril, o MEC envia uma circular solicitando a instalação da Comissão de Inquérito (C.I) em todas as faculdades e escolas da UMG para investigar as ações de docentes, discente e funcionários que pudessem ter promovido agitação no meio universitário ou que pudesse ter posto em perigo o “regime democrático”. Listas com nome de funcionários, professores e estudantes foram enviadas pelos diretores das unidades universitárias à C.I, assim como denúncias de diretores sobre a circulação de panfletos subversivos distribuídos nos espaços da universidade. Após o término das investigações, um relatório final foi produzido e enviado ao MEC contendo um levantamento das ações realizadas e os materiais “subversivos” apreendidos.

Todavia, o que nos chama mais atenção neste processo é que no dia 9 de maio o presidente da Comissão, professor Levindo Lambert, encaminhou um ofício ao comandante da ID-4 exigindo orientações necessárias sobre como deveria proceder as investigações para se alcançar o real objetivo daquela missão¹¹. Infelizmente, o acervo consultado não nos apresentou a resposta desse ofício, que nos possibilitaria compreender os meandros e as táticas daquelas investigações, assim como os critérios da ID-4, se é que havia um naquele momento.

Contudo, a fonte mostra como a instituição militar, mais uma vez, torna-se um dos principais atores políticos com quem a UMG, nesse caso representado pela Comissão de Inquérito, se relacionou ao adotar suas normas e valores institucionais. Além da ID-4, a comissão entrou em contato com o Departamento de Vigilância Social, vinculada à Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas, exigindo documentações e orientações que pudessem contribuir

⁹ Arquivo Nacional, ASI/UFMG: BR_DFANBSB_AT4_0001_0029_d.

¹⁰ Arquivo Nacional, ASI/UFMG: BR_DFANBSB_AT4_0001_002_d.

¹¹ Arquivo Nacional, ASI/UFMG: BR_DFANBSB_AT4_0001_0006_d.



para os avanços da investigação. Nesse caso, 31 prontuários político-sociais de estudantes foram enviados, assim como matérias “subversivas” produzidas pelo movimento estudantil mineiro, dentre eles, destacam-se dois do DCE da PUC-MG denunciando as invasões militares naquela universidade, manifestando apoio à UNE, aos líderes sindicais e camponeses; e o segundo material faz uma análise de conjuntura sobre os acontecimentos em Belo Horizonte desde o golpe¹².

Investigações dessa natureza também foram realizadas novamente no mesmo ano. Em junho, o MEC ordenou a instalação de Comissões Especiais de Inquéritos (CEI) em todas as unidades universitárias da UMG, justificando que obteve informações de que estudantes latino-americanos estariam promovendo ações subversivas no meio universitário.

Dessa forma, o Reitor solicitou que, num prazo de 10 dias, os diretores das escolas e faculdades realizassem uma rigorosa investigação sobre todos os estudantes latinos matriculados. Isso alterou a dinâmica interna dessas repartições que tiveram que atender a esse pedido, enviando lista nominal de todos os estudantes latinos matriculados nos respectivos departamentos, assim como deslocando professores e estudantes a prestarem depoimentos sobre o comportamento dos estudantes estrangeiros em sala e fora dela.

O caso mais emblemático é o da estudante boliviana do Conservatório de Música, Yolanda Mery Moya Rios. Os investigadores além de interrogaram os secretários, professores e colegas de classe da boliviana, foram até o endereço residencial da estudante coletar depoimentos das irmãs da Casa de Misericórdia de Belo Horizonte. Porém, mesmo coletando inúmeros depoimentos, a CEI não encontrou indícios de atividade subversiva realizada pela estudante Yolanda M. M. Rios¹³.

Em 12 de junho de 1964, mais uma vez, a UMG foi palco da violência liderada pelo Comandante da Infantaria Divisória-4, da 4ª Região Militar, o General Brigadeiro Carlos Luiz Guedes. O prédio da Faculdade de Filosofia (FAFI) sofreu uma intervenção militar, de onde foi afastado temporariamente o diretor e assumindo como interventor o Coronel Expedito Orsi Pimenta, este escolhido pelo Comandante da ID-4 General Guedes.

Em ofício enviado ao Reitor, a justificativa utilizada pelo Comandante da ID-4 para tal ação era de que a intervenção tinha como objetivo dar cobertura aos trabalhos investigativos que estavam sendo realizados ali, visto que tinham fortes indícios da presença de elementos

¹² Arquivo Nacional, ASI/UFMG: BR_DFANBSB_AT4_0001_0006_d.

¹³ Arquivo Nacional, ASI/UFMG: BR_DFANBSB_AT4_0001_0026_d.



“subversivos” que buscavam promover a agitação do meio estudantil da FAFI¹⁴. Em uma reportagem publicada no jornal *Correio de Minas*, o Coronel Expedito Orsi Pimenta se reuniu com professores e o diretor afastado da Faculdade de Filosofia a fim de apurar quem eram os estudantes que vinham distribuindo panfletos subversivos produzidos pela “extinta UNE” nessa escola e em outras unidades. Os documentos com a assinatura da UNE foram encontrados em vestiários, salas de aula e no restaurante universitário, além disso, a intervenção prendeu três estudantes.

O que mais chamou atenção nesse episódio foi o agendamento de uma reunião entre o interventor e membros da Congregação da FAFI para decidir a lista tríplice para a escolha do novo diretor, o que nos leva a crer que, mais uma vez, a ID-4 queria influenciar na escolha de um nome para aquela faculdade, considerada por eles como subversiva. Contudo, o referido jornal noticiou que tal reunião não foi adiante, como comprova o ofício enviado pelo interventor Ten. Cor. Expedito Orso Pimenta à Reitoria, no dia 16 de junho, informando que as aulas retornariam no dia 17 sob a responsabilidade do seu antigo Diretor, prof. Dr. Emanuel Brandão Fontes¹⁵. A pergunta que fica solta é: será que a ID-4 tinha um plano de militarizar a UMG naquele momento por considerá-la um espaço de resistência política, porém teria voltado atrás devido ao fato do regime militar ainda não ter apoio da sociedade civil?

No dia 9 de julho, novamente, a ID-4 entra em cena e, agora, intervém no coração da UMG. Publica a Portaria nº1/64, na qual informa que o Ten. Cor. Expedito Orsi Pimenta é o novo interventor da UMG, nomeando pelo General Brigadeiro Carlos Luiz Guedes. Além do afastamento do Reitor Aluísio Pimenta, o interventor resolveu afastar todos os estudantes, professores e funcionários das unidades universitárias que tinham passagem em IPM ou que respondiam em algum processo acusado de atividade “subversiva”. A manchete do jornal *O Diário*, de 12 de junho, criticava a decisão precipitada da ID-4 por colocar em xeque os objetivos da “revolução”:

A suspensão da intervenção na Universidade de Minas Gerais liquidou mais um desses equívocos, desses atos inoportunos e inadequados, que podem comprometer perante a opinião pública uma revolução que foi necessária e patriótica.¹⁶

O jornal, em tom salvacionista, afirma que o Presidente Castelo Branco teria revogado a intervenção da UMG assim que soube a fim de reverter esse desagradável “incidente”. Mesmo

¹⁴ Arquivo Nacional, ASI/UFMG: BR_DFANBSB_AT4_0001_0030_d.

¹⁵ Arquivo Nacional, ASI/UFMG: BR_DFANBSB_AT4_0001_0030_d.

¹⁶ Arquivo Nacional, ASI/UFMG: BR_DFANBSB_AT4_0001_0030_d.



assim não deixou de legitimar a ação da ID-4 como uma tentativa de coibir atividades comunistas na UMG, visto que Minas Gerais teria sido desde sempre um dos maiores redutos anticomunistas do Brasil, e cita que foi da capital deste estado que saíram os tanques de guerra para combater a infiltração comunista que queria tomar o poder no país. Cita também que o “esquerdismo universitário” tem diminuído desde o início da “revolução”, visto que houve um processo de dissolução das principais “centros de agitação ideológica”. Contudo, finaliza destacando que a intervenção foi fruto de um ato infeliz e desnecessário o qual feriu uma das universidades mais importantes do país e afastou um dos cientistas nacionais mais reconhecidos de sua área do cargo de Reitor¹⁷.

Na tarde do dia 9 de julho, oficiais do Exército compareceram ao Gabinete da Reitoria para entregar pessoalmente a Portaria nº 01/64 a Aluísio Pimenta. Nessa, o comando da ID-4 ordenou o afastamento de Pimenta de seu cargo. Ao chegar a casa, o Reitor afastado produziu um telegrama de protesto destinado ao Presidente Castelo Branco, ao Ministro da Justiça, da Guerra e da Educação, denunciando a arbitrariedade que sofria a universidade com aquela intervenção e exigia que a autonomia universitária fosse garantida e preservada¹⁸.

Diante disso, o projeto da ID-4, cuja finalidade era controlar a UMG pondo um militar para ocupar o mais alto cargo político daquela autarquia para promover o expurgo de todos aqueles que faziam oposição ao novo regime, se enfraquecia diante de seus olhos, uma vez que esse projeto autoritário não foi aceito pela sociedade civil, como apontam os principais periódicos locais à época que noticiaram aquela postura como um ato infeliz que ia contra o propósito da “revolução”; outro ator político que não apoiou a insurgência dos militares de Belo Horizonte foi o governo Castelo Branco, dada a articulação do reitor Aluísio Pimenta de denunciar aquela atrocidade por meio de uma carta e telegramas enviados não apenas às autoridades federais como também ao Conselho Universitário, professores e à sociedade mineira, onde afirmou:

Considero de meu dever comunicar que a Universidade de Minas Gerais acaba de ser colocada sob regime de intervenção militar, por ordem escrita do Senhor General Comandante da IV Região. Surpreendido com fato de tamanha gravidade, atentatório à autonomia de nossa mais alta instituição educacional e cultural, fi-lo chegar ao conhecimento dos Excelentíssimos Senhores Ministro da Educação e Cultura e Governador do Estado. Junto aos Excelentíssimos Senhores Presidente da República, Presidente do Conselho Federal de Educação, Ministro da Guerra e Ministro da Justiça. Também professores da

¹⁷ Arquivo Nacional, ASI/UFMG: BR_DFANBSB_AT4_0001_0030_d.

¹⁸ Arquivo Nacional, ASI/UFMG: BR_DFANBSB_AT4_0001_0030_d.



U.M.G., lavrei o meu protesto, exprimindo a esperança de que as autoridades federais considerem devidamente o assunto.¹⁹

No dia 11 do mesmo mês, o projeto autoritário da ID-4 cai por terra, dada as repercussões negativas, o reitor Pimenta recebe uma ligação do Gabinete da Interventoria informando que o Tenente-Coronel Expedito Orsi Pimenta desejava marcar uma hora em sua residência. Lá, o militar informou que o General Carlos Luís Guedes recebeu ordens do Presidente da República exigindo a suspensão da intervenção militar na Universidade de Minas Gerais, o que, mais uma vez, torna evidente que a ID-4 agia de forma autônoma em Belo Horizonte e, principalmente, sobre questões relacionadas a UMG. Sem o apoio da cúpula militar, dos empresários do meio de comunicação locais e da sociedade belo-horizontina, a IV Região Militar não viu outra saída se não recuar com sua decisão.

Em entrevista concedida ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) em 1978, ao projeto “História da ciência no Brasil”, Aluísio Pimenta afirma que a UMG já vinha sofrendo uma certa pressão dos militares – leia-se ID-4 – devido a sua resistência de não seguir as ordens dos militares, contudo a pressão foi aumentando até que o General Guedes decidiu intervir e reprimir a universidade, contudo, ressalta:

Deve-se reestudar um fato importante: houve um apoio total de Belo Horizonte e de Minas Gerais, muita gente do Brasil, ao reitor da universidade e à instituição. Os jornais todos de Belo Horizonte, o Magalhães Pinto, o governador; o Milton Campos, a Câmara Federal – não lembro agora qual foi o deputado que apresentou moção contra a intervenção na Assembleia Legislativa (PIMENTA, 2010 [1978], p.77).

Por meio de ofícios enviados às autoridades federais e do relato de Aluísio concedido ao CPDOC, observa-se como a Universidade de Minas Gerais era vista como um centro de resistência política e que deveria ser combatido. Além disso, por meio do depoimento, torna-se evidente, mais uma vez, que a ID-4, mesmo fazendo uso do discurso anticomunista, não conseguiu o apoio da população, dos principais jornais que faziam campanhas de combate ao comunismo em Belo Horizonte e, sobretudo, do Estado. Dessa forma, cinco dias depois de intervir na Reitoria, a ID-4 restituiu Aluísio Pimenta para o seu antigo cargo, contudo as perseguições e pressões institucionais sofridas até aqui eram apenas o início de tempos nebulosos que estavam a caminho.

Considerações finais

¹⁹ Arquivo Nacional, ASI/UFMG: BR_DFANBSB_AT4_0001_0030_d.



Diante disso, o presente artigo teve como objetivo demonstrar como, já nos primeiros meses após o golpe civil-militar, a Universidade de Minas Gerais foi alvo de inúmeras interferências do Ministério da Educação e, sobretudo, da Infantaria Divisória-4, da IV Região Militar, dando maior destaque a esse último, visto que após a consolidação do fatídico 31 de março, a universidade teve seu calendário acadêmico suspenso devido ao fato de ela ter se tornado sede de contingentes policiais. Ademais, o DCE foi invadido e teve seus materiais apreendidos e alguns DAs foram dissolvidos por ordens da ID-4; essa mesma instituição militar também foi responsável por decidir sobre a possibilidade do retorno parcial ou integral das aulas na UMG; e, por fim, foi esse Comando que decidiu intervir na Faculdade de Filosofia, onde afastou professores, assim como realizou a intervenção da Reitoria em julho de 1964.

Portanto, buscou-se apontar a manifestação de ações autoritárias no primeiro ano do regime, com maior profundidade sobre o caso da UMG, fazendo, assim, um contraponto à tese do historiador Marco Antonio Villa, que defende um novo recorte temporal, até então considerado clássico na historiografia e estudos que versam sobre ditadura militar brasileira, onde afirma que se deve considerar que a ditadura militar brasileira só teve início em 1968. Ao encurtar o início deste processo histórico para 1968, Villa silencia todas as formas de vigilância, repressão, tortura, censura e perseguições políticas que ocorreram entre 1964-1968, todas as entidades de representações que foram postas na ilegalidade, como foi o caso da UNE; todos os sindicatos que foram fechados ou tiveram seus dirigentes substituídos; todas as formas de violência simbólica e diretas que professores e estudantes universitários sofreram nesses quatro primeiros anos após o golpe civil-militar.

Referências:

Periódicos:

Estado de Minas

Correio de Minas

Outros Acervos:

PIMENTA, Aluísio. Aluísio Pimenta (depoimento, 1978). Rio de Janeiro, **CPDOC**, 2010. 84p. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/historia-oral/entrevista-tematica/aluisio-pimenta>. Acesso em: 01 jul. 2018.

Bibliografia:

ALVES, Maria Helena Moreira. **Alves Estado e Oposição no Brasil**. Petrópolis (RJ): Vozes. 1984.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. IN: RIOUX, Jean-Pierr & SIRINELLI, Jean-François. (org.) **Para uma história cultural**. Lisboa: Editora Estampa, 1998, p.349- 363.



- DREIFUSS, René. **1964. A conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- GARCIA, Miliandre. **Do teatro militante à música engajada: a experiência do CPC da UNE**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.
- KUSCHNIR, Karina., CARNEIRO, Leandro Piquet. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia política. **Estudos Históricos**: Rio de Janeiro, v.13, nº13, 1999, p.227-250.
- MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento estudantil e ditadura militar (1964 – 1968)**. Papirus, Campinas, 1987.
- MATTOS, André Luiz Rodrigues de Rossi. **Uma história da UNE (1945-1964)**. Campinas: Pontes Editores, 2014.
- MOTTA, Rodrigues Patto Sá. Operação Limpeza. In: _____. **As universidades e o regime militar**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.23-64.
- MOTTA, _____. Os olhos do regime militar brasileiro nos campi. As assessorias de segurança e informações das universidades. **Topoi** (Rio J.) [online]. 2008, vol.9, n.16, pp.30-67.
- MOTTA, _____. Ruptura e continuidade na ditadura brasileira: a influência da cultura política. IN: ABREU, Luciano A. de; MOTTA, Rodrigo P.S. (org.) **Autoritarismo e cultura política**. Porto Alegre: FGV/Edicpucrs, 2013, p. 9-32.
- MOTTA, _____. Incômoda Memória: os arquivos das ASI universitárias. **Acervo** (Rio de Janeiro), v.16, p.58.
- MOTTA, _____. O Segundo Grande Surto Anticomunista: 1961-1964. IN: MOTTA, Rodrigues Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo : Perspectiva, 2002, p.231-278.
- MULLER, Angelica. **O movimento estudantil na resistência à Ditadura Militar (1969-1979)**. Rio de Janeiro: Gramond/FAPERJ,2016.
- MULLER, _____. Violações de direitos humanos na Universidade. IN: BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Relatório Final: Volume II. 2014, p. 265-298.
- NAPOLITANO, Marcos. O golpe de 1964 e o regime militar brasileiro. Apontamentos para uma revisão historiográfica. **Historia y problemas del siglo XX**. Vol. 2, Ano 2. 2011.
- NAPOLITANO, _____. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São. Paulo: Contexto, 2014.
- PEREIRA, Ludimila Gama. O golpe civil-militar e a FNFi: a tentativa de controle da "subversão universitária" (1964-1969). In: _____. **O historiador e o agente da História: os embates políticos travados no curso de História da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1959-1969)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, p. 88-141.
- PERREIRA, _____. A ditadura empresarial militar na Universidade Federal Fluminense: a Assessoria de Segurança e Informações e a sistematização do controle, da censura e da repressão aos docentes nos anos 1970. In: Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2017, 2017, Niterói. **Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2017**, 2017.
- VILLA, Marco Antonio. **Ditadura à brasileira - 1964-1985: a democracia golpeada à esquerda e à direita**. São Paulo: Leya, 2014.